



GEOGRAFIA CÍNICA E PEDAGOGIA ANARQUISTA COMO BASES DO MUTUÓRIO

Antônio Elísio Garcia Sobreira

Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente

Resumo

Este artigo faz aproximações entre os enunciados cínicos da Grécia e o anarquismo para direcionar uma discussão sobre pedagogia anarquista para o ensino de Geografia. Essas bases teóricas estão intimamente ligadas com a construção de uma categoria de pensamento que não existe na Geografia que sugere o espaço mútuo como princípio gerador de esperanças. O sentido deste trabalho é para dialogar com professores de Geografia que estudam o libertarismo como prática de suas propostas educacionais.

Palavras-chave: Sistemas ambientais, água, indicador de qualidade.

CYNICAL GEOGRAPHY AND ANARQUIST PEDAGOGY LIKE BASIS OF MUTUORIUM

Abstract

This article is an approach between cinism from Greek philosophy and anarchism thought. This theoretical analysis is to speculate possibilities for Geography teaching using anarchist pedagogy. The philosophical link support new category for Geography which have its basis in mutual behaviour with the aim to inspire geography teachers who have libertarian identities.

Keywords: Geography teaching, anarchism, pedagogy.

INTRODUÇÃO

Despolicar a Geografia

O anti-intelectualismo dos anarquistas é, de certo modo, um intelectualismo profano que repudia o dogmatismo inerente à “Scientiápolis”. O termo criado por Santos (1989, p.13) define essa polis onde o diálogo especializado inviabiliza a

comunicação entre seus cidadãos. A fama de anti-intelectuais dos anarquistas é menos grave do que a que os colocam como políticos da baderna social ou através das críticas mais raivosas que os situam como terroristas. Essas são águas passadas que ainda movem moinhos.

Numa investida superficial sobre alguma teoria da história anarquista é possível dizer que foram tanto pragmáticos quanto pensadores da transformação social. Numa busca mais apurada, será possível perceber que há uma grande descrença de seus opositores sobre a seriedade da produção intelectual dos anarquistas. Tal oposição é o fator responsável para os classificarem, pejorativamente, como sujeitos contrários à ciência. Porém, são muitos os pensadores anarquistas e profícuo é o estudo de suas obras.

Interessa-me inicialmente apreciar a proximidade do cinismo grego com alguns elementos do anarquismo. Isso servirá posteriormente para fundamentar o professor de Geografia contra o “beco-sem-saída” epistemológico em que está permanente encurralado na suas tarefas de ensino-aprendizagem que pode ser sintetizada na pergunta: Afinal, ensinar geografia para quê?

Esse beco-sem-saída epistemológico consiste na exigência de iniciar os estudantes em vários preceitos científicos distintos por seu objeto, método e sentido na sociedade ou o ensino da totalidade. Por exemplo: devem os professores de Geografia ensinar aspectos da economia e da geomorfologia e relacioná-los. Essa tarefa parece simples, mas não é! Todavia, o proposto cinismo teórico aqui associado a uma prática anarquista pode conter soluções para essa gama de dificuldades e nos liberar de bobagens epistemológicas.

A finalidade deste texto aposta na opção arriscada de utilizar uma pedagogia anarquista que satisfaça o interesse de alguns professores. São muito poucos os professores que precisam da pedagogia anarquista, dado que são muito poucos os que vislumbram o libertarismo. Então, estes escritos são apenas impertinências sobre liberdade de pensar e “geograficizar”, sendo, em razão disso, um compromisso inspirador sem presunção de oferecer arcabouço teórico científico dentro do mercado acadêmico de ideias.

Refém! Amém!

Escolar (1996) enfatiza que os currículos das ciências sociais não devem colaborar mais com um discurso patriótico com os seguintes dizeres:

Nossa proposta analítica desenvolvida até aqui não supõe partir axiomáticamente de posições exterminadoras, mas assumir as limitações disciplinares, acima dos interesses corporativos, a fim de que a ‘crise da Geografia’ permita –

transposta ao ensino – renovar os currículos de ciências sociais, despojando-os de seus tradicionais objetivos de formação patriótica e nacionalista; isto é, que como geógrafos contribuamos desmistificando a Geografia como necessidade pedagógica inquestionável e desmascarando estratégias epistemológicas que historicamente a teve por veículo (ESCOLAR, 1996, p. 79).

Julga Escolar que, a tarefa do geógrafo é a de opor-se ao desenvolvimento da disciplina na construção de um sentido comum nacional dos cidadãos, como tem sido o papel dos currículos na escola primária e média. Se isso foi uma verdade para o que se fez do ensino de Geografia, ao menos no Brasil, nem para essa finalidade ela tem sido utilizada. Eis uma das provas que a ineficiência escolar polpa a classe trabalhadora decorrente de sua incompetência. O comprometimento que a Geografia escolar tem é difuso e não é possível falar que ideologicamente tem cumprido qualquer função em prol do Estado ou da emancipação. No máximo, tem se municiado de um ambientalismo superficial e descompassado da realidade brasileira na sua prática.

Os princípios anarquistas podem ser identificados nessa crítica ao nacionalismo patriótico. Encontramos o cinismo da afirmação de Escolar na sua crítica ao interesse corporativo e da discutível necessidade pedagógica da Geografia na escola.

O que será exposto adiante é justificado pela necessidade de colocar outras tarefas e retirar tantas outras para a educação. O viés de compreensão do cinismo e sua proximidade com o anarquismo oferecem alguns pensamentos que podem colaborar com a construção de um cidadão libertário.

O mutuário é um neologismo para explicar um conceito de espaço ingênuo, porém, estimulador de ações e pensamentos sobre uma sociedade sem territórios. O que no nosso entender é mais ousado do que uma sociedade sem fronteiras e será especificamente tratado neste texto.

O cinismo grego

A heurística do pensamento cínico deriva do desdém por todo esforço humano na busca do prazer, da riqueza, associado à sede de poder e de fama. Estes são os pilares da infelicidade para um cínico. Também eram contrários à existência da cidade e se proclamavam “cidadãos do mundo”, quer dizer, um cínico deve ser um “apólido” ou um sem cidade. O extremismo do cínico contra a cidade é importante como reflexão por lançar ao chão todo o significado da polis que herdamos dos gregos.

Em uma passagem alegórica, afirma-se que Alexandre Magno perguntou ao cínico Crates se desejava que sua cidade natal fosse reconstruída, e ele respondeu: "E para que serviria? Talvez outro Alexandre a destruísse." O desdém contido nessa expressão é provocante e contém a gênese do pensamento liberto das amarras do poder.

Afirma-se, ainda, que Crates escreveu: "Minha pátria não tem só uma torre nem um só teto; mas onde é possível viver bem, em qualquer ponto de todo o universo, lá está minha cidade, lá está minha casa." O despojamento espacial que representa essa assertiva de Crates é uma afronta a todas as esperanças de que a cidade fosse o local mais favorável para a vida, principalmente se isso estivesse ligado ao sentimento patriótico.

Para os cínicos, a polis, o Estado e a organização social hierárquica são desprezíveis. Tal afastamento do conforto social não é para qualquer um, pois isso significa abdicar de propriedades e de seguranças, todavia, representavam para eles formas de aprisionamentos e adulteração da liberdade, por isso, repugnantes.

A subserviência às convenções e aos valores consagrados equivale à escravidão humana, por isso os cínicos se consideravam próximos aos animais. É do senso comum sobre Diógenes, outro reconhecido cínico, que digam que ele se autodenominava um "cão". A inferência ao animal é a aproximação de que nós precisamos de pouco ou do essencial para ser felizes. A simplicidade, a vida simples é um preceito da felicidade.

Os primeiros libertários assim como os primeiros anarquistas sempre defenderam uma vida simples, muito assemelhado às sociedades primitivas e à do comunismo primitivo. Essa vida idilicamente simples rendeu-lhes a alcunha pejorativa dada por Marx: os "profetas do passado". A vida simples, quase monástica, era uma forma de criar condições para todas as pessoas sem privilégios. Talvez não seja exagero aproximar esse sentimento dos primeiros anarquistas com os cínicos e mesmo com os hippies (origem da palavra hippies por ter semelhantes propósitos com esse movimento surgido na década de 1960) entre outras escolas ou tendências asseclas do pensamento socrático.

É comum encontrar em escritos anarquistas a defesa ao despojamento intelectual e as razões de tal movimento ético. Codello (2007) reúne uma avaliação ampla dos precursores do anarquismo e é possível encontrar em várias passagens de seu texto referências cínicas na heurística do anarquismo. Por exemplo, sobre Albert Thierry (1881-1915), militante libertário, Codello inclui a seguinte ideia:

[...] segundo Thierry, o principal escopo do homem livre na sociedade atual é aquele de 'recusar em aparecer', que não quer dizer recusa de agir nem de viver; é a recusa de

viver e de agir para si e ter como único fim a si mesmo. Significa permanecer fiel ao proletariado, reprimir na fonte um egoísmo ávido e cruel. (CODELLO, 2007, p.282).

Recusar-se em aparecer; eis o oposto da predisposição a que a ciência institucionalizada se coloca diuturnamente para a Scientiápolis. O prestígio, as patentes conquistadas, as referências da liturgia acadêmica são opostos a qualquer tipo de despojamento.

Tudo o que se diz dos cínicos é retirado de textos que citam outros precedentes, mas não há tradução em português de nenhum original, por isso parecem metáforas, alegorias, lendas ou criações sobre o que eles professavam. Essa incredulidade sobre a originalidade dos fatos não impede de relacionar elementos importantes do que pode ser definido como cinismo teórico ou intelectual. Mesmo que o despojamento cínico seja uma construção ideal, nos serve, ainda assim, para compará-lo e fazer analogias ao anarquismo.

O cinismo teórico é uma opção pelo diálogo sem procurar decanatos e estabelecer barreiras para o próprio pensamento. Se nós amamos o pensamento, devemos observar a falibilidade dos ilustres teóricos ungidos por nossa comunidade científica. Felizmente, tal propósito não nos livra de estudar os ícones da ciência.

O cinismo teórico representa a autonomia de pensar, de mesclar e de despropósito; é um discurso que não quer destruir o que se produziu e nem mitificá-lo. O passeio pelas ideias é um prazer. A postura e a ação do teórico no seu entorno são buscas incessantes e nunca vestir a capa intelectual para se afastar das questões intestinas da sociedade. A sociedade não pode ser vista como um jardim zoológico social pelos pensadores.

No quinismo como no anarquismo há postura e interesses semelhantes na filosofia, política e na pedagogia. Willian Godwin (2008) e Max Stirner (2008) apenas para situar dois importantes teóricos para os anarquistas consideraram os estoicos, os cínicos e hippias. Mais recentemente Capelletti (2006) faz aproximações mais enfáticas à essas correntes da filosofia com o anarquismo.

Ser um pouco cão é projetar menos expectativas e dormir no meio da rua teórica de “pernas para o alto”, visitando os afamados e os infames, portanto, é perder prestígio e desvencilhar-se das competitividades científicas, é “festejar”.

O repúdio à autoridade científica é um propósito de manter-se feliz ao estudar e ao encontrar novos parceiros para novos projetos. A recusa não é contra a dialética e a produção de assertivas criativas e inspiradoras, mas para avaliar até que ponto as pessoas estão engajadas em seus próprios pensamentos.

O cinismo deixa a pista para entender certo tipo de anarquismo, fundamentando uma atitude dentro do ensino que permite saltos e riscos intelectuais, contestando a mitificação acadêmica. Esses dois eixos de pensamento inspiram ações coerentes com a compreensão da dificuldade humana de ser livre e de agir eticamente para uma finalidade de ampliar sua generosidade como primaz.

A cidade que se desprestigia pelos cínicos não é só a concreta e repleta de torres; é contra a Scientiápolis também. O cão deve andar por lugares que não podem ser objeto de destruição ou reconstrução. Assim, a razão é tão nefasta quanto nossa guia. Também, a ciência só merecerá credibilidade quando estiver voltada plenamente e sem subterfúgios para a humanidade. Enquanto estiverem, os cientistas do mundo, preocupados com produtividade, competitividade, eliminação da diferença, riqueza e fama, não se pode mais que viver um a-cientifismo e num anti-intelectualismo crítico.

A geografia cínica e anarquismo

Não existe Geografia cínica; existirá talvez uma atitude cínica pejorativa entre os geógrafos. Não é possível criar uma Geografia cínica sem geógrafos cínicos e definir uma ciência cínica é caminhar para a intuição do que venha a ser isso. Como se adiantou, é possível fazer uma Geografia cretina, hipócrita e cínica em seu sentido pejorativo como a que banha o senso comum da dislexia intelectual. Já, fazer uma geografia cínica, não é tarefa tão fácil, mas sem dúvida aprazível.

As reflexões que lançamos aqui são as que aproximam a Geografia do anarquismo, mas também não existe uma produção científica que se possa intitular no presente como Geografia anarquista. Sobre isso há insinuações do que pretendeu ser em Elisée Reclus e em Piotr Kropotkin, mas nada desses dois teóricos frutificou solidamente na epistemologia da Geografia do século XX, não no Brasil.

Se a Geografia cínica merece existir, creia-se que deva ser um propósito teleológico, uma utopia inspiradora e não um construto teórico bem arrumado e alicerçado e repleto de fôlego para se instaurar dentro do discurso científico. Isso quer dizer que não se deseja anular o cientifismo que nos abriga e os estudos sagrados da epistemologia em Geografia, mas descomposturá-los da vaidade que cultivam.

Nunca, se fará mal ao geógrafo cínico; ler Varenius, Humboldt, Kant e qualquer outro difamado teórico. Não se está propondo queimar essa Geografia institucionalizada, cinicamente dizendo, pois, ela nos serve para ganhar o pão e fingir que dela se produzirá uma sociedade justa. Do ponto de vista anarquista, nossa presença na escola é justificada se dentro dela estivermos combatendo a sociedade baseada na dominação e poder, criando laços de mutualidade no lugar da competitividade.

Na busca de fazer uma para-ciência inspiradora, para-teórica, conspiratória e teleológica para uma Geografia generosa, postula-se a aceitação de um conceito de espaço que provisoriamente pode ser denominado “mutuório”. A definição que fundamenta pejorativamente o “mutuório” pode ser semelhante a espaço coletivo, embora não seja apenas isso, mais que isso, é um passo para estabelecer um futuro ontologicamente diferente desse pérfido e mórbido que nos oferece a epistemologia niilista.

Mutuório: conceito ingênuo para existência de uma Geografia anarquista

O “mutuório” é um conceito radical de mutualidade espacial ou espaço mútuo. A mutualidade deve ser diferenciada de solidariedade. A solidariedade tem como radical o Sol ou o único de que provirá de forma superior a ajuda. Essa perspectiva é diferente da mutualidade que é um princípio de união das grandezas de cada pessoa. Na mutualidade somos comumente despossuídos ou possuímos iguais grandezas de ação e pensamento.

Mutualidade é um significado muito próprio do anarquismo e tem sua gênese interessantemente ligada ao individualismo radical de Max Stirner, mas essa gênese não vai ser explorada aqui, pois que é importante correr um risco teórico de aceitar a mutualidade como sendo a união de pessoas em igualdade de interesses e de poder independente dos objetivos. A mutualidade é o objetivo, não é meio como método, nem é fim “objetificante” é princípio permanente da ação humana.

A mutualidade, sendo permanente, é o que explica, um pouco, o porquê de a sociedade funcionar com tantas contradições. Sem a mutualidade, por exemplo, o capitalismo não funcionaria. A sociedade é anterior aos sistemas e sem a mutualidade, a sociedade, com todos os seus defeitos, não alcançaria resultados sobre a natureza e contra as atrocidades.

A sociedade funciona escamoteando a ação mútua entre seus entes. É uma ação que transita entre a micro escala pessoal e a macro escala mundial, porém, de forma eficaz ela é substituída pela ideia de que a sociedade funciona mediada por interesses mesquinhos e egoístas. O pano de fundo que permite toda essa contradição sobreviver decorre das ações secretas e sutis da mutualidade imanente contida nas relações humanas. É necessário distinguir essa proposta da tese de Harbemas (1993) denominada razão comunicativa ou Teoria da ação comunicativa, embora contenha uma semelhança, não da mesma forma estruturada e nem com o mesmo objetivo.

Esse princípio e gesto primordiais são bases da compreensão do espaço mútuo. O mutuório parte do pressuposto de que a propriedade privada só existe por intercâmbio permanente com o espaço que é mútuo. O espaço privado é uma

concessão benevolente da grande escala de sobrevivência espacial fundada na mutualidade.

A confusão com o espaço coletivo ou público não nos deve atrapalhar. Espaço coletivo e público é forma dele existir, tendo uma função qualquer para a ação humana. As ruas exemplificam isso, já que podem ser apropriadas e privatizadas, entretanto, não todas as ruas. Algumas ruas privadas só existem pelo ramal de ruas que são despidoradamente mútuas. São essas ruas, em todos os sentidos, espaços de mutualidades, onde sequer a troca é determinante. Afinal, não é apenas de trocas que essa sociedade vive, mas de um doar permanente e altruísta, que existe e aparenta ser dominante, que só existe, de fato, pela massa de ações mútuas contidas no espaço social.

A crença que se teoriza aqui se fundamenta nesse princípio em que a mutualidade é o alicerce mais rigoroso e radical de nossa existência social. E por ser invisível parasita nele a mesquinha e a propriedade privada e as ações interesseiras e expropriadoras. Sem a mutualidade basilar contida no ato social, a mesquinha não teria onde sugar seus insumos e nem a propriedade privada existiria, pois qualquer espaço, sendo privado, dependeria de permissão permanente ou de impostos que inviabilizaria a mínima comunicação intercapitalista.

A evidência da mutualidade e de sua inexorável abrangência, inclusive para abrigar um sistema tão eficiente e cruel que representa o capitalismo, não nos livra dessa árdua luta teórica sobre o conceito de território.

Território vai ser utilizado aqui sem nos preocuparmos com a profundidade da discussão. Meu posicionamento é, portanto, o de que território foi colocado por muitos teóricos como uma relação de poder. Um poder sobre um espaço é desejo de território. Então, a gênese dessa palavra que é “terroir” do francês perde sentido e serve melhor utilizar o radical “terri”, mais eficaz para explicar por ser o radical da palavra terror. O desejo de território é efetivado pelo terror materializado pela violência (simbólica, concreta, sistemática, pífida, sensual, econômica ou intelectual). Território do poder é a intencionalidade de vencer e isto é sinônimo de província do latim “pró-vincere”.

O diálogo aqui proposto não ousa armar uma teoria portentosa. Antes está o desejo e a liberdade de pensar; então, consideraremos as vivências territoriais que não se manifestam por nenhuma forma de violência ou manifestação de poder. Numa palavra mais técnica, a territorialização quem faz é o sujeito em seu feixe de relações e crenças. Assim, o espaço, na sua mente pertence à sua cultura, cercado ou não o espaço de suas crenças e de sua vivência, mesmo que como fetiche lhe pertence. Abstratamente ele vive o espaço sem expurgar ninguém, sem conflitar, sem combater, sem acotovelamentos e sem pôr os seus pés nesse espaço ou desfrutando dele sem contra-reação ao que o desterritorializa.

Se uma pessoa ou grupo é desterritorializado, significa que não poderá desfrutar plenamente ou nem parcialmente daquele espaço; foi expulso ou cerceado porque houve o exercício do poder. Se uma pessoa exerce seu território e não é molestado e não molesta ninguém, há ausência de poder ou poderes que se intermedeiam. Então o terror e a violência não estão como princípio da experiência espacial. Como isso é possível? Onde se encontra essa experiência espacial sem disputa? Sem prevalências? Sem terror?

Não é fácil acreditar que uma pessoa viva uma experiência espacial sem se apropriar de um espaço e essa apropriação tácita ou explícita é sentida por outros como redução de seus espaços ou como ameaça a eles. Caso se viva uma experiência espacial como um fantasma que ninguém percebe ou se incomoda com nosso exercício de espacialidade, minha efetiva espacialização vital, caio numa metafísica da territorialidade, sonho e penso que é meu espaço e gosto de vivenciá-lo, apenas, como fetiche.

Inglória essa leitura. A espacialidade só é exercida em uma territorialidade básica da qual é a experiência corporal que se faz pelas ações humanas e na alteridade social. Meu corpo é um território violável pela coerção (violenta ou sedutora), mas a única maneira de me retirar é pelo assassinato, ainda assim minha matéria terá um espaço a ocupar. Minha territorialidade material (que nunca me pertence) é onde se manifesta meu corpo. Sem esse espaço o organismo não vive e a mente não existe com suas elucubrações, portanto, espaço de existência e de existencialidade.

O espaço é a vitalidade de nossos sentidos e para dizer que se ocupamos espaço pertencemos e somos espaço ao mesmo tempo. A questão de poder não determinar toda a experiência humana espacial, mas é explicação da maioria das dores sociais.

Os efeitos mais nefastos contra a sociedade advêm do roubo permanente do espaço da vida e fugir do conceito de poder para falar de território é uma assertiva esquizofrênica de que exista um sujeito que não queira ou dependa de um espaço para viver e pré-vicejar.

Um novo conceito utópico de pensar a sociedade depende de uma forma de vivenciar ou almejar um espaço que não dependa de poder e violência. O mutuório é um pensamento que busca um espaço onde todos tenham o poder e por isso não há ninguém que possa ou possua. O espaço é vivenciado e as leis são pensadas não nas privações (ou privatizações) de pertencimento, mas no fluxo livre das pessoas no espaço mediadas pela mutualidade.

O espaço deve ser mútuo e o conceito de mutuório é o que vai inspirar o pensamento de uma sociedade que não necessita de poder e de apropriações. Não é um fim, mas uma inspiração otimista que reconhece que essa sociedade, com todas essas mazelas, é uma concessão da mutualidade humana tácita que

permite fagocitar a mesquinhez. Sem a ação mútua permanente os seres autofágicos e todos que rejeitam a auto-degenerescência, já teriam sucumbido. A tese é que a generosidade é maior que qualquer apropriação deletério.

O mutuório é um espaço almejado no momento de desejar uma sociedade mais compreensiva, onde elites quaisquer não existam e que no lugar da brutalidade sejam progressivamente incluídas políticas de aproximação. O delito, o crime e desacertos de convívio sociais parecem que existirão para sempre, são apenas amenizáveis, mas parcialmente superáveis. É nesse sentido que o conceito de espaço mútuo é posto para evidenciar que só existe esse arranjo espacial crítico por benevolência implícita da sociedade que deixa esse tipo de ação minar sua força maior que é o agir juntos por um espaço de vivência cooperativa.

O ensino de Geografia anarquista

A possibilidade de ensinar uma Geografia anarquista é descomprometida com os dogmas acadêmicos de que há uma função para a Geografia que se pretende ensinar. A Geografia anarquista tem a pretensão de colocar o poder de gerar conhecimento ao alcance de todos. Um de seus princípios é não acreditar que algo que seja imposto por um currículo predeterminado e alheio aos estudantes será capaz de fazer algo que não sua matéria essencial – a liberdade.

Um dos sacrifícios que o professor deve articular é o fim da obsessão pela totalidade. Não é simples argumentar que a geomorfologia tem relação com economia, isso, é apenas possível. Não é uma ligação fácil tomar a geomorfologia e a economia para relacioná-los com a dinâmica climática. A integração dos conhecimentos não pode ser realizada por um currículo que tem por essência a fragmentação própria desses conhecimentos.

São muito poucos os professores que conseguem construir essa possibilidade pedagógica, quer dizer, de realizar a compreensão da totalidade em suas atividades de sala de aula. Isso os obrigaria a aceitar a violência intelectualizante e não o amor às ideias. A totalidade é um conceito ideológico que para a Geografia tradicional significava ilustração e para as Geografias Libertárias socialistas como consciência de classe através da razão.

Nos primórdios do anarquismo, Kropotkin (1986) indicou os caminhos pedagógicos na sala de aula. Respeito aos outros e às nações e luta contra o Estado e exercício da mutualidade. Esses pilares são éticos e suas inferências na epistemologia da Geografia não são simples.

Codello apresenta a crítica dos anarquistas como Kropotkin que refutavam a educação dos feitos heroicos militares para substituí-la pelo verdadeiro heroísmo dos seres humanos que suportam a injustiças e opressão. Codello (2007) afirma

que Kropotkin era favorável ao ensino de língua estrangeira para destruir essa tendência negativa e afirma disso a seguinte inscrição:

Quando os povos se conhecerem melhor, sem dúvida, descobrirão que em toda parte há homens com a mesma natureza, com as mesmas necessidades, os mesmos interesses e, portanto, o sentimento e a prática da solidariedade substituirão aqueles do militarismo e da desigualdade (CODELLO, 2007, p. 266).

Mesmo ensinado o amor entre os povos, a questão de escala geográfica e de orientação espacial, bem como a organização espacial da sociedade exigem o arcabouço da teoria do conhecimento, a percepção e a concepção, a objetivação e a subjetivação. São a vegetação, clima, relevo, hidrografia e economia mutualista tão exigentes teoricamente quanto as que são baseadas na ciência viciada pelo poder.

A perda de nutrientes do solo por lixiviação acontecerá sempre que o equilíbrio de um ambiente for alterado; agricultura libertária não está livre dos efeitos e compreensão do que a retirada da vegetação prejudicará. As questões técnicas estarão postas de alguma forma e terão que servir para a sociedade de maneira mais longa possível. O erro dessa interpretação técnica da função da geografia que se acredita ensinar é que a essência dela é a obrigatoriedade e não espontaneidade e livre escolha do que aprender, da forma como se deseja, na quantidade, qualidade e tempo de que interessa por isso.

Em que pressupostos se fará um ensino de Geografia através da pedagogia anarquista que não exija esforços teóricos consistentes? A resposta pedagógica está primeira em aceitar que vale a pena construir a sociedade que caminhe progressivamente para a liberdade. O otimismo utópico que preocupa com revoluções internas constantes com a compreensão coletiva da organização humana para ela mesma ser uso-frutuária de seus esforços.

O conteúdo científico de uma disciplina escolar eivado pela competitividade, pela falta de colaboração, inversamente substituído pela rivalidade apaga o valor central da razão e do conhecimento que deve ser o de produzir o bem para a humanidade. Se esse conhecimento é feito de modo que se afasta de um viver democrático, fraterno, ainda que ajude a superar tecnologicamente tempos progressos não é capaz de avançar nos pilares da sociedade sem opressão.

Supondo que a sociedade necessária é a que frutifica a dignidade do humano, a proposta escolar é primeira ser ética e depois ser técnica e científica. Se a escola não promove ação pela mutualidade antes de estabelecer relações técnicas

científicas, nosso presente estará fadado aos mesmos resultados que colhemos agora.

A Geografia anarquista não existe, mas o paradigma anarquista de educação está em franco desenvolvimento e pode ser uma base para os interessados ver as disciplinas definitivamente sob outra perspectiva.

Mesmo que não existam geógrafos anarquistas que façam uma geografia anarquista a questão não é ser epistemologicamente anarquista, mas é necessário ter consistentemente claro que obrigar alguém a aprender algo é um desperdício de tempo como acreditaram educadores críticos.

Não é um texto crítico e epistemologicamente reforçado na produção da vida humana suficiente se ele for imposto. Aprender a cooperação e o aprendizado co-educativo no tempo de cada um é o melhor esforço que devemos nos colocar para aproximar os jovens do interesse investigativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas rápidas observações estão mais bem explicitadas e desenvolvidas em meu trabalho intitulado “Pedagogia anarquista e ensino de geografia: conquistando cotas de liberdade” (SOBREIRA, 2009) que se produziu na tentativa de sugerir um ensino de geografia na escola palatável e aprazível, mas não se corroborou completamente.

A reunião de estudos sobre a pedagogia anarquista confrontada com a pedagogia da liberdade e pedagogia dialética permite dizer que a formação escolar convencional não atende aos interesses da humanidade, ainda que se fale de países ceifados pela miséria. Por caridade ou por receio é aceito que se construam escola e se formem professores com a crença de que será feita uma educação para um ambiente social viável. A crença de que qualquer coisa é melhor do que nada é um erro. Esse fatalismo não deve ser levado a sério quando o que se vê é que há lugar para formar pobres e ricos, lugar para selecionar e frustrar, lugar para destruir sonhos da maioria de nossos jovens lúcidos que o mercado de trabalho não é o melhor objetivo para suas vidas. A geografia científica não deve colaborar com essa chacina dos sonhos deles.

REFERÊNCIAS

CAPELLETTI, Angel. Prehistoria del anarquismo. Buenos Aires: Libros de la Araucária, 2006.

CODELLO, Francesco A boa educação: experiências libertárias e teorias anarquistas na Europa, de Godwin a Neill. v. 1. São Paulo: Imaginário e Ícone, 2007.

ESCOLAR, Marcelo. Crítica do discurso geográfico. São Paulo: Hucitec. 1996.

GODWIN, William. The Enquirer: reflections on education, manners and literature in a series of essays (1793). Toronto: University of Toronto Press. 1946. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso: 20 de novembro 2008.

HABERMAS, Jürgen. Passado como futuro. Entrevistador Michael Haller. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1993.

KROPOTKIN, Piotr. O que a geografia deve ser. Tradução: José Willian Vesentini. São Paulo: AGB, 1986

SANTOS, B. de S. Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SLOTERDIJK, Peter. Crítica de la razón cínica. Madrid: Ed. Siruela, 2003.

SOBREIRA, Antonio Elísio Garcia. A pedagogia anarquista e o ensino de geografia: conquistando cotas de liberdade. 2009, 371f. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia UNESP/Presidente Prudente, São Paulo, 2009.

STIRNER, Max. El único y su propiedad. Buenos Aires: Libros Anarres, 1976. Disponível em: <<http://www.quijotelibros.com.ar>>. Acesso em: 11 de novembro 2008.

Contato com o autor: sobregeo@ig.com.br

Recebido em: 28/07/2009

Aprovado em: 29/12/2010